



UM CAPÍTULO DE HISTÓRIA ECONÔMICA DO SUL BRASILEIRO

Aluísio de ALMEIDA

A época do ano em que se realizavam as feiras de Sorocaba foi sempre no primeiro semestre, com pequena variação entre fevereiro e junho, como pontos extremos. Ultimamente, no esplendor e na decadência, “rebentavam” elas nos derradeiros dias de março e terminavam antes de junho.

Mas as primeiras principiaram em fevereiro e foram até janeiro. Passado o inverno, com as geadas no pampa, vinham com agosto as queimadas e, depois, reverdeciam os campos, cujas gramíneas iam os animais tosando na longa jornada. E assim, ao findar o ano e começar o novo, estavam em Itararé. Daí para Sorocaba as invernações se multiplicavam. E o gado ia engordando à medida que se aproximava da feira.

Como os primeiros negócios estivessem para começar, amontoavam-se as tropas já desde os arredores de Sorocaba até Campo Largo, numa área de cinco a dez léguas, no máximo da quadra. A aglomeração de animais era tamanha que nada ficava da selva, havendo devastação completa. Compreende-se, pois, porque as tropas de muares atingiram em vários anos 300 mil cabeças.

A década de 1826-1835, que precede a revolução dos Farrapos nos fornece bases bem sólidas para uma estatística. De antemão, note-se que não só nos dois meses de feiras passavam animais pelo Registro de Sorocaba, mas, excetuado o período mais forte do inverno, continuavam a transitar as tropas e boiadas por alguns meses e em grande quantidade.

E pagavam impostos também os viajantes comuns por suas montarias, e até o marchante que dentro do município tangesse o seu pequeno gado.

Os livros existentes no Arquivo Público do Estado são uma verdadeira selva espessa, reunião dos arquivos de todos os registros e barreiras da Província, em ordem perfeita, desde os primeiros anos da Independência até 1892, ano de extinção dessas repartições. Se cada página os nomes dos tropeiros, o número dos animais e a data em que passaram, compreende-se o imenso trabalho material reservado ao que quisesse fazer a soma completa de todas as parcelas, por exemplo, apenas na repartição de Sorocaba. Seria talvez demais encarecer a importância dos pobres muares. Afinal de contas, o que vale neste caso é o número de milhares, podendo desprezar-se centenas e unidades.

Várias vezes, graças à gentileza de Lellis Vieira e Paulino de Almeida e seus dedicados auxiliares do Arquivo Público do Estado, lá estivemos no meio daquele acervo de números, sem saber por onde começar. São trabalhos penosos, não há dúvida, mas as conclusões e os pontos de vista gerais dependem desses pormenores. Agora que o espírito clarividente de Abner Mourão nos permite trazer a público o resultado dessas pesquisas é como se uma nova luz brilhasse a mostrar-nos o caminho, encorajando-nos. Benevolentíssimo como sempre, e nada avaro de seus tesouros de ciência histórica, A. de E. Taunay vai nos indicando rumos, pistas a seguir, fontes a procurar, enfim, torna-se possível um estudo menos incompleto desse grande capítulo da história econômica do sul do Brasil, quem sabe se inspiração para outros, mais aquinhoados da sorte, tentarem um dia obra acabada.

Iamos dizendo que a década precedente à Revolução de Piratinim pode fornecer uma estatística menos imperfeita do movimento comercial de animais do sul, passando pela feira de Sorocaba. Tivemos em mãos dois livros do Registro, referentes ao “novo imposto” dos animais.

As palavras “novo imposto” têm uma história. Após o famoso terremoto de Lisboa, de 1º de novembro de 1755, escreveu el-rei (e pensou o Marquês de Pombal) uma carta a seus súditos americanos, pedindo-lhes um donativo para a reconstrução da metrópole arrasada. Em todo o país tomaram-se as medidas para mais esta empresa.

São Paulo estava pobre. Haviam-lhe despojado sucessivamente de Minas, Mato Grosso e Goiás. Obedecendo à sua vocação histórica, dera tudo de si para o Brasil. Os paulistas começaram, então, a olhar para os campos do sul, de onde podia vir a salvação, visto como a pecuária é mais fixa e duradoura do que as minas. Pois os oficiais da câmara paulistana, ouvindo estarrecidos a leitura da carta régia, na presença do Ouvidor, em julho de 1788, decretaram vários impostos pelo tempo de dez anos para satisfazerem a el-rei.

Entre os taxados, figuravam logo os criadores e tropeiros. Não podia entrar na cidade de São Paulo, nem passar para qualquer das Minas nenhuma quantidade de gado vaccum, cavalar e muar trazido do Sul, sem pagar em Sorocaba uma taxa de cem réis por cabeça de muar.

Ficou esse chamado “novo imposto” sempre novo até 1892! Caiu a monarquia dos Braganças e só então os legisladores republicanos aboliram essa excrescência. O mais interessante é que evoluiu o valor da moeda: 320 réis que, em 1756, eram alguma coisa passaram a ser uma micharia, mas a letra da lei paulistana se manteve inflexível.

Havia outros infinitos ou intermináveis impostos, mas isso é história bem longa. Compreendemos também o mecanismo simples da contagem dos animais, lembrando-nos de que o registro era na parte do rio Sorocaba, onde havia um edifício acachapado para os representantes do fisco e, na cabeça da ponte, um portão dava passagem a cada cabeça de gado. A rua do lado oposto ficou chamando da Contagem, com saída para São Paulo. As outras, por onde chegavam as tropas, chamaram-se da Ponte e da Passagem das Tropas.

Voltemos, agora, aos nossos dois livros de 1826-1835. Eis os primeiros assentos: “Janeiro. Aos cinco passou Bernardo, escravo da viúva Gavião, com duas bestas e dois cavalos, de que pagou o competente imposto, 1\$040”. “Aos cinco passou o alferes João Nepomuceno Souza com uma rês de que pagou o competente imposto, \$100” “Aos doze passou Manuel José dos Santos, com 92 bestas de que pagou o competente imposto, 29\$440.”

Temos aí três casos típicos. Bernardo é escravo da conhecida viúva Gavião, essa que, além de girar em São Paulo como fornecedora de tropeiros, tinha fazenda em Itararé. O escravo, homônimo de um menino

que seria grande político, Bernardo Pinto Gavião Peixoto, já levando para uso da família os quatro animais. Mas pagou a passagem.

O alferes João Nepomuceno de Souza, tronco de nobre família sorocabana, tinha o seu solar na então vila, à rua das Flores e a sua chácara na Boa Vista. Era também negociante de animais. No momento, porém, apenas fazia transportar uma vaca da vila para a chácara.

Enfim, Manuel José dos Santos é o tropeiro profissional, conduzindo bestas chucras para negócio no centro do país.

Um último tipo de viajante é o capitão Tomaz Delboux, que passou com três cavalos, em serviço público e, pois, não pagou direitos. A estrada do Sul conheceu cerca de setenta anos a fio, até a independência do Uruguai, a passagem inesgotável dos voluntários paulistas.

Os números vão elucidar alguns pontos. Antes de tudo, o grosso do comércio de animais em 1826 foi no primeiro trimestre, que rendeu três contos de réis, arredondados, sendo a metade dessa importância para o mês de fevereiro. O segundo trimestre baixou para 700\$000. O terceiro, no coração do inverno, atingiu 100\$000, sendo que agosto e setembro renderam apenas 30\$000. O último trimestre alcançou dois contos de réis, sendo dezembro o melhor mês. Logo a feira iniciou-se em dezembro, atingiu o ponto mais alto em fevereiro, acabou em março. Em agosto partiam dos pampas os tropeiros para Sorocaba; de volta, saíam em março. Na vinda, sofriam as grandes chuvas de verão em São Paulo; tanto eles como seus animais, a confirmar a alta conta em que os teve, entre outros, Eschwege, não se incomodavam com as chuvas torrenciais. Na volta, alcançavam os primores rigores do inverno sulino, com os ventos cortantes, as neves e geadas, mas não tangiam as bestas, mas recomeçavam a correr as estâncias a comprar novos lotes.

É diminuto o número de boiadas que transitaram por Sorocaba, em 1826-1835. Parte das tropas, cerca de 5% no máximo, eram cavalos de Curitiba e Guarapuava. E numa síntese final, bem próxima da verdade, embora não com precisão matemática, vieram por Sorocaba para o Brasil central, do Rio Grande e do Uruguai em 1826, 20.000 bestas muares.

É a lição dos documentos, sem os quais não há história. ("O Estado de S. Paulo, 29-10-1941).